



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

**Processo** 292/2025

**Origem/Interessado** Câmara Municipal de Primavera do Leste

**Assunto** Projeto de Lei 1.878/2025 – Garante atendimento prioritário nos serviços de saúde da Rede Pública Municipal aos pais e cuidadores de atípicos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências.

**Parecer nº** 394/2025/PJCM

**Local e Data** Primavera do Leste/MT, 07 de novembro de 2025.

**Procuradora Jurídica** Rebeca Morena Pozzebonn Abreu

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. GARANTE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL AOS PAIS E CUIDADORES DE ATÍPICOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

## I – RELATÓRIO

De autoria da Ilustre Vereadora Gislaine Alves Yamashita, submetese à apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Primavera do Leste-MT, o Projeto de Lei Ordinária nº 1.878/2024, o qual **“Garante atendimento prioritário nos serviços de saúde da Rede Pública Municipal aos pais e cuidadores de atípicos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências.”**

Em sua justificativa, encartada às fls. 03, assim dispõe:

*“O presente Projeto de Lei tem por finalidade garantir atendimento prioritário nos serviços de saúde da Rede Pública Municipal aos pais e cuidadores de pessoas atípicas, com deficiência ou mobilidade reduzida, reconhecendo o papel fundamental que esses cidadãos exercem no cuidado e na proteção de pessoas em condição de vulnerabilidade.”*



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

*Na rotina das famílias que convivem com pessoas com deficiência. Transtorno do Espectro Autista (TEA), doenças raras ou limitações motoras, os cuidadores sejam pais, mães ou responsáveis legais enfrentam desafios diários que exigem atenção constante, esforço físico e emocional intenso. Muitas vezes, essas pessoas acabam negligenciando a própria saúde por falta de tempo ou pela dificuldade de deixar seus dependentes sozinhos.*

*A proposta busca corrigir essa lacuna no atendimento público, assegurando que esses cuidadores, tão essenciais na estrutura familiar e social, tenham acesso prioritário aos serviços de saúde quando necessitarem de consultas, exames ou acompanhamento médico. Essa medida não apenas promove dignidade e respeito, mas também previne o adoecimento físico e mental desses responsáveis, garantindo melhores condições de cuidado às pessoas sob sua tutela.*

*O projeto está em consonância com o disposto na Lei Federal nº 10.048/2000, que estabelece prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, idosos e outros grupos, e com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que incentiva a criação de políticas públicas de apoio às famílias e cuidadores. A iniciativa municipal, portanto, amplia e complementa a proteção prevista na legislação federal, adaptando-a à realidade local.*

*Além de seu mérito social, a proposta não gera impacto financeiro significativo ao Município, visto que se trata apenas de uma diretriz administrativa a ser observada pelas unidades da Rede Pública de Saúde, podendo ser implementada mediante orientações internas e campanhas informativas.*

*Com isso, reafirmamos nosso compromisso com a inclusão, a empatia e a valorização das famílias que convivem com pessoas com deficiência, reforçando que a política pública municipal deve ser pautada pela sensibilidade humana e pela efetivação dos direitos de todos.*

*(...)"*

Após, os autos vieram a esta Procuradoria Jurídica para emissão de parecer.

É o relatório. Passo a fundamentar.

## II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### II.1 DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO





## CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria, tem-se que o parecer exarado pela Procuradoria Jurídica veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

### II.II DA ANÁLISE JURÍDICA

Da análise dos autos, observa-se que o projeto em tela se enquadra na definição de interesse local, disposta no art. 30, I, da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Nesta linha, ensina Alexandre de Moraes que *“apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)”*<sup>1</sup>.

E ainda, o mesmo jurista leciona que *“as competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, consubs-tanciando-se em: competência genérica em virtude da predominância do interesse local (CF, art. 30, I)”*.

---

<sup>1</sup> MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional. 8ª Ed. São Paulo, Atlas, 2001. P. 685.



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

A proposta também está em consonância com o artigo 196 da CF/88, que estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurado mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário a ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O projeto também se harmoniza com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015), que prevê a implementação de medidas para garantir a inclusão e o bem-estar dos indivíduos com deficiência e daqueles que deles cuidam.

A iniciativa e a competência do Projeto de Lei atende ao disposto no Regimento Interno, art. 89, combinado com o artigo 37 *caput*, da Lei Orgânica Municipal.

*“Art. 89. A iniciativa das leis ordinárias cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara, a qualquer Comissão, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos. (...)”*

*“Art. 37. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica. (...)”*

Resta evidente a pertinência do presente Projeto, bem demonstradas na Justificativa do mesmo.

Por fim, quanto à tramitação do projeto de lei em comento, conforme o Regimento Interno desta Câmara Municipal, é indispensável a sua análise pelas Comissões, com fulcro no art. 42 e seguintes do R.I., recomendo portanto, seja levado à apreciação da **Comissão de Justiça e Redação**, a que cabe a apreciação formal e material quanto ao Projeto de Lei em tela.

Destarte, verifica-se que a proposição legislativa em comento atende aos requisitos legais, não existindo nenhum vício que impeça seu regular trâmite.



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, não encontrando nenhum óbice sob a ótica jurídica que impeça a tramitação do presente Projeto de Lei, opino **FAVORAVELMENTE** ao trâmite regular do presente feito.

É o parecer.

Primavera do Leste/MT, 07 de novembro de 2025.

  
**REBECA MORENA POZZEBONN ABREU**  
*Procuradora Jurídica da Câmara Municipal*